

A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE MUSEUS, ACERVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRJ (SIMAP):

DESDOBRAMENTOS DE UMA POLÍTICA
CULTURAL UNIVERSITÁRIA

DÉBORAH REBELLO LIMA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Possui graduação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola de Políticas Públicas e Governo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes (IUPERJ-Ucam), mestre pelo Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Atualmente, integra a equipe do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ.

E-mail: deborahrebellolima@hotmail.com

CLAUDIA RODRIGUES CARVALHO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Arqueóloga, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), com especialização em Paleopatologia e mestrado em Saúde Pública pela mesma instituição. É professora adjunta do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e diretora do Simap-UFRJ. Atualmente coordena o Núcleo de Resgate do acervo do Museu Nacional.

E-mail: claudia.simap@forum.ufrj.br

(continua...)

A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE MUSEUS, ACERVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRJ (SIMAP):

DESDOBRAMENTOS DE UMA POLÍTICA
CULTURAL UNIVERSITÁRIA

(continuação)

PATRICIA REGINA SANTOS GARCIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,
RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Pedagoga, mestre em Avaliação pela Fundação Cesgranrio, com MBA em Educação Corporativa: Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Museu, Cultura e Infância-GEPEMCI. É professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), atualmente na Escola de Formação Paulo Freire, além de técnica em Assuntos Educacionais na UFRJ. Também atua na assessoria técnica do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da UFRJ.

E-mail: patriciaregina.simap@forum.ufrj.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i33p45-63>

RECEBIDO

30/07/2020

APROVADO

30/06/2022

A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE MUSEUS, ACERVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRJ (SIMAP): DESDOBRAMENTOS DE UMA POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITÁRIA

DÉBORAH REBELLO LIMA, CLAUDIA RODRIGUES CARVALHO, PATRICIA REGINA SANTOS GARCIA

RESUMO

O artigo apresenta o processo de criação do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Simap-UFRJ), colocando em perspectiva esse modelo de gestão e a vinculação política pela qual é sustentado. A estrutura metodológica se apoia em um breve debate bibliográfico sobre a questão dos museus universitários e da área cultural nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio do exemplo da UFRJ. Soma-se a isso um pequeno resgate da história recente do tema na instituição e a tentativa de entender como o Simap vem desenvolvendo suas ações desde seu surgimento. Apesar dos desafios, a atuação do Simap vem ampliando a visibilidade política de museus e espaços científico-culturais dentro da própria universidade, criando condições que permitem concretizar mais mudanças, ainda que a longo prazo, ao incentivar não somente o aporte de recursos, mas, também, novas relações entre esses equipamentos e a estrutura universitária.

PALAVRAS-CHAVE

Política cultural, Museus universitários, Acervo museológico, Patrimônio universitário.

THE CREATION OF THE MUSEUM, COLLECTIONS AND CULTURAL HERITAGE SYSTEM OF UFRJ (SIMAP): UNFOLDING OF A UNIVERSITY CULTURAL POLICY

DÉBORAH REBELLO LIMA, CLAUDIA RODRIGUES CARVALHO, PATRICIA REGINA SANTOS GARCIA

ABSTRACT

The article presents the creation process of the Museums, Collections and Cultural Heritage System of the Federal University of Rio de Janeiro (Simap-UFRJ), putting in perspective the management model and the political connections that support it. The methodological structure is based on a brief bibliographic debate about the issue of university museums and the cultural area in the Federal Institutes of Superior Education, by using the UFRJ's example. In addition to this, it presents a short review of the recent history of the theme in the institution and an attempt to understand how the Simap has developed its actions since its creation. Despite the challenges, Simap's performance has been increasing the political visibility of museums and scientific-cultural spaces within the university itself, creating conditions that allow realizing more transformations, albeit in the long term, by encouraging not only the contribution of resources but also new relationships between these equipment and the university structure.

KEYWORDS

Cultural policy, University museums, Museological collections, University heritage.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a experiência institucional vivida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao desenvolver uma política estruturada que atendesse as demandas de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da própria instituição. Assim, o artigo apresenta o processo de criação do seu Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural (Simap-UFRJ) como exemplo de iniciativa de articulação, a partir de um olhar mais cuidadoso, entre os museus e espaços já existentes, visando gerar, com isso, novas políticas e ações para a área¹.

Partimos do entendimento básico sobre o papel de museus e instituições congêneres enquanto espaços de experiência lúdica, aprendizado, fruição estética e artística para a comunidade universitária e o público externo, além de um importante espaço de experimentação. Nesse sentido, eles possuem a capacidade de atender e afetar positivamente a produção universitária, potencializando a ponte com a sociedade. Ainda assim, considera-se que a gestão dessas organizações tem um histórico de dificuldades dentro da própria estrutura universitária, que, no entanto, a cada dia se sensibiliza mais sobre o papel dos museus e assemelhados no seu desenvolvimento institucional.

1. Vale ressaltar que o escopo fundamental deste artigo é, primordialmente, sobre a rede de museus e as questões vinculadas à gestão da mesma, ainda que o Simap também trate de acervos e patrimônio cultural.

Este trabalho faz um resgate histórico da formação do Simap e vincula-o ao debate macro acerca da construção de uma política cultural universitária elaborada por uma das maiores universidades brasileiras, a UFRJ. Debate que, inclusive, discute o cenário brasileiro atual de arrefecimento do protagonismo do governo federal no estabelecimento da agenda pública nacional para a cultura, e seu respectivo impacto nas universidades brasileiras. Para isso, a estrutura do texto se divide em três pontos fundamentais: a importância da cultura nas universidades brasileiras; um breve debate sobre o lugar dos museus e do patrimônio científico-cultural no cenário universitário, a sua importância, e as dificuldades por eles enfrentadas; e, por fim, a apresentação do caso particular do Simap, ressaltando as três fases consideradas essenciais que o englobam desde a sua criação até os dias atuais.

2 MUSEUS E UNIVERSIDADES: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO

A UFRJ possui um conjunto importante de museus, centros de divulgação, espaços de memória e acervos – representados por diferentes coleções históricas, científicas e artísticas –, edificações históricas, entre outros elementos do patrimônio cultural material e imaterial de inestimável valor para a sociedade brasileira e para o patrimônio da humanidade. Sendo uma das maiores instituições federais de ensino do Brasil, foi capaz de acender o debate sobre a relevância da reflexão acerca do lugar das práticas culturais no cenário universitário e a consequente elaboração de políticas, ações e projetos que possibilitem a vivência universitária por outra perspectiva. Nessa direção, Albino Rubim (2019) reforça a importância da universidade como um *locus* de produção de conhecimento, de formação humanista e, também, de produção de sentido, o que reitera o caráter híbrido da universidade em relação à sociedade, indicando que a dimensão cultural é latente quando se analisa o fazer universitário. Ainda assim, Rubim (2019) sinaliza que o tema da cultura surge como uma questão singular a ser observada pelas instituições universitárias, especialmente por não conceberem, muitas vezes, o *locus* da cultura em sua institucionalidade, e não reconhecerem que a própria universidade é uma instituição cultural em si mesma.

Vale enfatizar que o tripé ensino-pesquisa-extensão, como pilar essencial do ensino superior brasileiro, permeia a orientação de inúmeras

políticas e proposições de incentivo, e sinalizam uma série de práticas de gestão orientadas ao fomento e desenvolvimento do campo científico e educacional. Contudo, mesmo as universidades reconhecendo e utilizando a cultura como um vetor político, social e econômico, vinculado a esse tripé, não foram delineados de forma clara as políticas e os incentivos específicos para o ramo ao longo do tempo.

Nesse sentido, como bem pondera a definição de museu proposta pelo International Council of Museums (2007)² – como “instituição sem fins lucrativos, permanente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente, para fins de educação, estudo e lazer.” –, no que tange ao cenário universitário, esse tipo de instituição ocupa um lugar especialmente potente por ser, em muitos casos, espaço de guarda e disponibilização de inúmeros acervos construídos no âmbito do fazer universitário – especialmente nas atividades de ensino e pesquisa. Da mesma forma, os museus relacionam-se com os patrimônios materiais e imateriais de representatividade nacional e internacional, não se deixando de lado a especial potência lúdica, estética e educativa que os referidos espaços proporcionam, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade de modo geral. É isso que configura aos museus universitários, e espaços análogos, o privilégio de conjugar o tripé universitário e de se comprometer com a dimensão pública das Instituições Federais de Ensino, possibilitando democratizar o acesso à produção de conhecimento construído dentro da universidade.

Contudo, como reforçam Marques e Silva (2011), apesar dos museus universitários cumprirem um papel fundamental para divulgação e popularização da ciência, para a difusão cultural e para debates de avanços tecnológicos por meio de ações e exposições, nem sempre a comunidade universitária é sensível à importância deles. O que isso quer dizer? Entre outros aspectos, quer dizer que, apesar de ser uma estrutura extremamente relevante para o fazer universitário e para a sociedade como um todo, os museus ainda enfrentam uma série de desafios na manutenção dos espaços, no desenvolvimento de atividades e na aquisição de recursos financeiros, materiais e humanos, dentro das universidades, entre outros percalços.

2. Cabe ressaltar que esta definição deve ser modificada em 2022, após intenso debate mundial.

Somando a esse debate, Maria Célia Teixeira Moura Santos (2006) indica a importância de situar o fazer dos museus universitários como parte integrante de uma política universitária sistêmica e estruturante, percebendo a relevância do planejamento e do envolvimento dos museus para uma construção coletiva. A autora ainda avança ao defender que esse planejamento seja concebido por meio de dimensões sociais e educativas, reforçando que a gestão dos museus, como parte integrante da universidade, deve estar atenta ao percurso reflexivo e educativo da sua própria estrutura³.

3 A CULTURA NA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DA UFRJ E A CRIAÇÃO DO SIMAP

De fato, no caso específico da UFRJ, e considerando todo o seu histórico de museus, acervos – de faculdades, institutos e outros órgãos –, de patrimônio edificado – com mais de uma dezena de prédios tombados –, e até mesmo de atuações sistemáticas de grupos culturais e artísticos, ações e atores estiveram, por muito tempo, um tanto invisibilizados, pois não havia uma conformação ou definição política clara para o desenvolvimento de suas atividades. Inclusive, na gestão, professores e técnicos administrativos, com ampla experiência em ações culturais, vinculavam-se a um grupo carinhosamente chamado de *Partido da Cultura*. Afinal, era por meio desse grupo, ora mais, ora menos articulado, que se buscava uma maior atenção para as necessidades prementes.

O assunto sobre a cultura vinculada à prática universitária, e especialmente a que se refere aos museus e acervos, percorreu distintas fases. Assim, ilustram-se três momentos fundamentais que direcionaram a formação do Simap-UFRJ e caracterizaram os seus trabalhos até os dias atuais. Essas três fases são aqui denominadas como: 1ª fase, de agendamento do tema e criação da proposta; 2ª fase, de institucionalização do órgão e aprovação pelo colegiado máximo da universidade, o Conselho Universitário (Consuni); e 3ª fase, de consolidação e reconhecimento do órgão como estrutura política colegiada para se pensar as necessidades da área.

Esse primeiro momento é representado pelo agendamento e por uma maior sensibilização ao tema, que começou a surgir de maneira mais

3. Defende-se, com isso, a especial relevância do trabalho dos museus universitários concebido em rede, de maneira sistêmica, cooperativa e colaborativa, como é o caso do Simap.

evidente e articulada no início dos anos 2000. No caso específico dos museus da UFRJ, com o surgimento da necessidade de se pensar melhor as questões vinculadas aos seus inúmeros acervos e patrimônios, material e imaterial, e após mobilização institucional dos especialistas do setor, começou a se elaborar uma organização política e programática para esse tripé: museus, acervos e patrimônio universitário.

Primeiramente, durante os debates de construção do Plano Diretor, com vigência entre 2010 e 2020, se reforçou esse outro olhar para a cultura e, conseqüentemente, para o papel da universidade no diálogo com sua comunidade interna e com a sociedade em geral, como ilustra um trecho do documento aprovado pelo Consuni em 5 de novembro de 2009:

Embora nem sempre devidamente aproveitada, nossa Universidade tem uma extraordinária vocação como polo de difusão cultural, artístico e científico. Assumir essa vocação é reafirmar nosso compromisso com o conjunto da cidade, mas também com nossa missão de instituição educacional, em que a difusão cultural, artística e científica constitui um dos objetivos centrais. Nessa instância, pode-se interagir com um conjunto de instituições científicas e culturais. Com adequada Política Cultural, Artística e de Difusão Cultural-Científica a Instituição será capaz de articular com as redes de ensino fundamental e médio, colaborando para a formação continuada de professores e a iniciação científica e artística de seus alunos. A contribuição de nossa universidade para a Educação de 1º e 2º graus estará inscrita no espaço universitário e será parte tanto do nosso cotidiano quanto do cotidiano das escolas, professores e alunos das escolas de nossa cidade e estado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 49).

Esse trecho é especialmente importante por reconhecer e reforçar o lugar da Instituição Federal de Ensino (IFE) no diálogo com a cidade, defendendo que a missão educacional seja compreendida a partir do tripé cultural-artístico-científico. Na prática, essa vocalização servia para também reconhecer, reorganizar, e possivelmente fomentar muitas práticas já existentes na UFRJ, que, naquele momento, em 2010, já contava com um conjunto diversificado de museus e espaços de visitação de vasto histórico de trabalho. Por exemplo, no mesmo ano, o Museu Nacional, o mais antigo espaço museal, celebrava seus 192 anos; museus, como o Museu da Escola Politécnica e o Museu D. João VI, entravam em sua terceira década, e a Casa da Ciência completava 15 anos.

Essa orientação apontada pelo Plano Diretor indicava a urgência de se construir uma política voltada para a diversidade de acervos, centros de memória e museus; uma demanda latente para o incentivo a práticas já existentes na instituição. A referida política, segundo o documento, seria baseada em três vetores essenciais:

Levantamento, qualificação, sistematização, registro de acervos, que deverá fornecer uma ideia exata de quais são os acervos, centros de memória e museus existentes, situação de conservação e condições de guarda de material, bem como seu valor histórico, documental, científico, cultural, pedagógico.

Preservação, conservação e desenvolvimento de acervos, que terá como foco assegurar adequadas instalações e condições de preservação e guarda dos acervos, bem como, ali onde for o caso, de seu desenvolvimento.

Disponibilização dos acervos para usos de vários tipos, entendendo que espaços de guarda e exposição não devem ser vistos como “coleções de objetos” ou “gabinetes de curiosidades” a serem conservados, expostos e admirados, mas como espaços dinâmicos de produção e difusão do conhecimento, integrando passado e futuro. São, e permanecerão, várias e diferenciadas as formas de disponibilizar para utilização pública, interna ou externa à UFRJ, o acesso ou consulta aos acervos, da mesma forma que são diferenciados os usuários potenciais e públicos-alvo, cabendo reconhecer que nem todos deverão/poderão acessar todos os acervos, em iguais condições e nas mesmas modalidades.

Haverá, pois, que se considerar as múltiplas formas de disponibilização para consultas e visitas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 49).

O documento permite compreender que a própria universidade não tinha plena dimensão do corpo de acervos e práticas museais existentes nela, mas reconhecia ali a urgência de identificá-los, tratá-los e, se possível, disponibilizá-los ao grande público. O que já indicava um trabalho de especial monta e dificuldade, considerando que a UFRJ possui mais de 40.000 alunos e uma estrutura de operação cotidiana de grande envergadura.

Esse debate, e a possibilidade de indicação clara no documento de planejamento universitário, foi a primeira semente para a construção do atual Simap-UFRJ. Era um contexto no qual o tema já era discutido entre os servidores e alunos envolvidos diretamente com a questão, agora, ganhando espaço e relevância para ser tratado em um dos principais documentos de planejamento da instituição.

Reforçava-se, também, a importância da elaboração da Política de Cultura *Você Faz Cultura* em 2012, e aprovada em 2013, como o primeiro documento exclusivamente voltado para a política cultural da universidade. Tal documento recomendava explicitamente a criação do então denominado Sistema Integrado de Museus, Acervos, Arquivos e Patrimônio Edificado (Simape)⁴⁵.

O debate proposto foi construído por intermédio de um ciclo de seminários, com a mesma denominação – *Você Faz Cultura* –, no qual se buscou ouvir os sujeitos envolvidos, os servidores pertencentes ao quadro universitário, os alunos e, é claro, a sociedade. Esse movimento político foi um indicativo expressivo da maior preocupação com a dimensão cultural no fazer universitário, levando em consideração a prática cultural em conjunto com as dimensões científica e educativa da UFRJ.

Entende-se que esse esforço político promovido pela UFRJ coaduna com o cenário nacional de criação, por exemplo, do Plano Nacional de Cultura, que já incentivava as universidades a repensarem suas práticas, inclusive culturais. No planejamento do setor cultural, várias metas vincularam-se ao da Educação, fomentando o resgate do diálogo entre esses dois setores, como ilustra trecho do documento:

Meta 15: Aumento em 150% de cursos técnicos habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas; Meta 16: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas de conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas;

Meta 17: 20 mil trabalhadores da cultura com saberes certificados pelo Ministério da Educação;

Meta 18: Aumento de 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura;

Meta 19: Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão de conhecimento (BRASIL, 2011, p. 12).

4. De sua concepção à sua completa institucionalização pelo Consuni, quando se aprovou a sua criação, o Sistema teve algumas alterações de nomenclatura e de escopo de atuação.

5. Naquele momento, a temática arquivística era uma preocupação conjunta. Posteriormente, foi criado um sistema exclusivo para tratar das questões desse setor, o Sistema de Arquivos (Siarq) da UFRJ.

Nessa interseção entre áreas, Isaura Botelho (2009) diz que a criação do Programa Cultura e Universidade – realizado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2010, por meio da portaria nº 70, de 30 de junho de 2010 (BRASIL, 2010) –, como um movimento do setor cultural pelo incentivo à criação de políticas culturais para as instituições de ensino superior brasileiras, indicava uma espécie de precipitação. A autora defende que a postura do MinC deveria ter sido tomada em conjunto com o MEC, pois a proposta da ação poderia levar a pasta cultural a despender recursos financeiros para áreas já atendidas pelo setor da educação. De fato, há uma mudança considerável na área, e essa primeira iniciativa é posteriormente substituída pelo Programa Intergovernamental denominado “Mais Cultura nas Universidades”, criado em 2013 por meio da portaria interministerial nº 18 (BRASIL, 2013). Essa última ação foi especialmente importante para as universidades por enfatizar o papel das IFES na difusão e preservação da cultura brasileira, além de definir que cada universidade, para ter acesso aos recursos de fomento do edital, deveria elaborar peças de planejamento denominadas Planos de Cultura das Universidades, com o propósito de pensar as práticas culturais no contexto universitário.

Além de ter sido uma política que buscava conjugar recursos de ambos os ministérios, MEC e MinC, na construção política elaborada pela UFRJ, o *Você Faz Cultura* ocupou o lugar de documento programático com diretrizes e apontamentos para o campo cultural, e permitiu a criação de um plano de ação para, especialmente, o biênio 2013-2015. O documento indicava ações a serem desenvolvidas especialmente pelo Fórum de Ciência e Cultura da universidade, um órgão da estrutura média da universidade responsável, entre outras coisas, pela gestão da política de cultura da instituição.

No documento, a criação de um eixo específico para tratar dos acervos, arquivos, centros de memória, museus e espaços de ciência e patrimônio edificado era vista como uma resposta e uma continuidade do debate promovido pelo Plano Diretor e pela urgência sinalizada pelos envolvidos. Naquele momento, em conjunto com uma série de ações urgentes e relevantes que visavam identificar, preservar, conservar e disponibilizar acervos, arquivos e bens da UFRJ, a proposta de criação de um órgão específico para tratar da temática, torna-se não apenas estratégica, mas mandatória. Assim ilustra esse trecho do documento:

3.1.8. O SIMAPE - Sistema Integrado de Museus, Acervos, Arquivos e Patrimônio Edificado. A complexidade de uma política abrangente nesta área, assim como a necessidade de reunir e organizar um pessoal altamente qualificado, meios Institucionais e materiais constituem nosso principal desafio. Por outro lado, a exitosa trajetória do SIBI sinaliza a possibilidade de avançar na articulação de políticas institucionais gerais que contemplem e respeitem as singularidades de diferentes unidades e segmentos da comunidade. A constituição de um SIMAPE, inspirado no SIBI, certamente permitirá avançar, progressivamente, na elaboração e consolidação de políticas de médio e longo prazo. O SIMAPE, como o SIBI, deverá ser um órgão do Fórum de Ciência e Cultura, e deverá assegurar, em sua estrutura e regimento, formas de representação de unidades, centros, museus, acervos e arquivos da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 12).

A criação do Sistema vinha da experiência exitosa de gestão das 45 bibliotecas pertencentes à UFRJ. O Sistema de Bibliotecas e Informação (Sibi) da UFRJ foi criado com o objetivo de proporcionar a interação das bibliotecas com a política educacional e administrativa da universidade. A ideia inicial era, com base nesse modelo já existente, propor uma reorganização e nova conformação para o tratamento de museus, acervos, e outros elementos do patrimônio cultural, pela universidade.

O Sistema emergiu como um mecanismo de articulação para a formulação de políticas, planos e ações para as áreas que atende, historicamente necessitadas de recursos disputados em orçamentos corriqueiramente contingenciados. Era uma forma de arregimentação política e de esforço para dar maior visibilidade às práticas realizadas há anos na UFRJ.

Contudo, seria um longo processo de elaboração, criação e institucionalização. Em 2013, um grupo de trabalho foi formado para a instalação e implementação do que conhecemos hoje como Simap, tendo elaborado importantes mapeamentos, como o levantamento de obras emergenciais a serem feitas nos espaços tombados da universidade, ou o estudo orçamentário sobre os custos necessários para a manutenção dos museus.

Nesse ínterim, para incentivar a estrutura participativa e a rede de trabalho dos servidores envolvidos na gestão de museus e acervos universitários, foram criadas as Câmaras Técnicas, que serviram como divisões temáticas para discussão e elaboração de políticas específicas em diferentes setores – de acessibilidade, formação, segurança, financiamento e fomento, divulgação e comunicação. Por princípio, as câmaras permitiram ampliar

a participação horizontal dos diferentes entes e participantes do Sistema, garantindo a voz e a troca de experiência para além das estruturas colegiadas hierárquicas tradicionais da universidade. Esses foram elementos importantes para a consolidação do grupo, que não deixaram de esbarrar em limitadores, como o número reduzido – em proporção ao contingente de servidores e alunos – de pessoas envolvidas com a discussão sobre o patrimônio cultural universitário, o que acabou limitando os desdobramentos das ações propostas.

A segunda fase desse processo de institucionalização e reconhecimento dá conta da aprovação da criação do Simap, em sessão especial do Consuni em julho de 2018, juntamente do reconhecimento de uma série de outras unidades já operantes, tais como o citado Sibi, a Editora da UFRJ, a Casa da Ciência e a Rádio da UFRJ.

Esse movimento é acompanhado do trabalho de criação do regimento da nova unidade, que, aprovado em primeira instância pelo Conselho do Fórum de Ciência e Cultura, indica como objetivos do Simap:

Art. 3º. O SIMAP tem por objetivos:

I. elaborar, coordenar e implementar políticas e ações que integrem museus, espaços de ciência e coleções científicas e artísticas;

II. elaborar, promover e coordenar a implantação de políticas, planos, programas e projetos voltados para a recuperação, preservação, desenvolvimento, promoção e enriquecimento das coleções científicas e artísticas, museus e espaços de ciências da UFRJ;

III. elaborar e orientar a execução de políticas, planos e ações que assegurem tratamento, registro, guarda, preservação e difusão das coleções científicas da UFRJ;

IV. elaborar, promover e coordenar a implantação de políticas, planos, programas e projetos voltados para a identificação, caracterização, recuperação, preservação, manutenção, desenvolvimento, promoção e uso responsável das edificações da UFRJ que integram o patrimônio histórico nacional, da cidade e da Universidade;

V. elaborar, promover e coordenar a implantação de políticas, planos, programas e projetos voltados para a ampliação da visitação a nossos museus, espaços de ciência e patrimônio histórico;

VI. divulgar e propiciar, através de políticas, planos, programas e projetos, a democratização do acesso a nossas coleções científicas e artísticas, seja da parte de pesquisadores, seja da parte do público em geral;

VII. promover, por iniciativa própria ou em colaboração com órgãos governamentais e não governamentais engajados na educação e na difusão cultural, artística e científica, políticas, planos, programas e projetos voltados para o acesso de estudantes a nossos museus e espaços de ciência.

VIII. colaborar a integração das coleções científicas e artísticas da UFRJ, assegurando sua integração à política acadêmica e administrativa da Universidade;

IX. promover a integração das atividades desenvolvidas nos museus e espaços de ciência às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em colaboração com as pró-reitorias competentes;

X. promover, por iniciativa própria ou em colaboração com outras unidades da UFRJ, outras universidades ou instituições, a formação técnica e acadêmica de servidores e discentes para atuação em diferentes museus e espaços de ciência;

XI. contribuir para elaboração e implementação de políticas de promoção, ampliação e aquisição de coleções científicas e artísticas relevantes;

XII. contribuir para a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos abrangentes nas áreas de difusão científica e cultural e de preservação do patrimônio cultural, científico, artístico e histórico, material e imaterial, da UFRJ;

XIII. colaborar com os órgãos públicos, nacionais, estaduais e municipais, para a promoção e preservação de museus, espaços de ciência, coleções científicas e artísticas e patrimônio cultural, edificado, material e imaterial (Regimento interno do SIMAP).

Desde o princípio se mostrou o desafio de operação de uma unidade acadêmica que tem como vocação a arregimentação de agentes e a construção política, mas não possui perfil diretivo e de gestão direta de cada um dos espaços. A institucionalização dos mesmos passa pelo reconhecimento formal, realizado em 2018 pelo Consuni – como já mencionado –, e pelo engajamento dos gestores de museus, acervos e patrimônios materiais e imateriais da universidade.

Por isso, considera-se que nessa terceira fase, período vivido atualmente, dá conta do processo de consolidação e fortalecimento do trabalho. Um contexto cercado de enfrentamentos, mas com alguns resultados positivos já alcançados.

Afinal, não se deixa de lado que a conjuntura macropolítica se alterou consideravelmente desde o processo de agendamento do tema na universidade, no início dos anos 2000, até hoje. O investimento e a disponibilização de recursos para as universidades não são mais os mesmos – a aprovação da

Emenda Constitucional nº 95 limitou os gastos públicos das áreas sociais ao percentual da inflação no período, e a extinção do MinC, com o arrefecimento de programas e ações que fomentariam a interlocução entre cultura e educação, fazendo com que as universidades brasileiras enfrentem um período de severo estrangulamento e escasseamento de recursos.

Soma-se a isso o fato de que se tornaram ainda mais urgentes as demandas por conservação e seguros para acervos e prédios históricos da estrutura universitária. Com o decréscimo de investimento público ao longo de décadas, os espaços universitários têm sofrido um grande desgaste em relação aos seus patrimônios tombados, museus e acervos. O incêndio ocorrido no Museu Nacional pode exemplificar um triste resultado da falta de investimentos ao longo de anos, gerando a urgência de ações específicas para esses espaços.

Apesar disso, nesses dois anos de existência formal, o Simap conseguiu implementar o primeiro programa de bolsas exclusivo para o fomento à mediação cultural nos museus da UFRJ, nomeado Programa de Bolsas em Museus e Acervos. Alicerçado em programas anteriores, e concebido a partir de uma modelagem criada ainda na época do grupo de trabalho, atualmente atende cinco dos 16 museus e espaços culturais registrados e vinculados a ele, com implementação de 24 bolsas no total. As bolsas são divididas em duas categorias: Simap I e Simap II. Cada uma visa a participação de alunos, de graduação e pós-graduação, respectivamente, em atividades de mediação e exposição de conteúdos produzidos pelos museus participantes.

Apesar do enorme avanço do programa, focando-se na necessidade dos espaços museais exclusivamente vinculados ao Simap, segundo dados levantados pela própria unidade em abril de 2020, a demanda de atendimento sinalizada é da ordem de 250 bolsas. O que ilustra que estamos atendendo apenas 10% da necessidade reportada pelos espaços e museus que compõem o Sistema.

É válido lembrar que o Simap, com essa ação de financiamento, assume a responsabilidade de manter um programa de bolsas para dinâmicas cotidianas dos museus e da gestão de acervos, porém, não tratamos aqui de projetos pontuais e/ou esporádicos, que possam ou não ser suspensos. As bolsas vinculadas a esta política dizem respeito a ações contínuas e de fundamental importância para a existência dos espaços culturais; a não continuidade delas coloca em risco os museus que utilizam esse instrumento.

Por isso, esse programa é de suma importância para a promoção da formação integral e transdisciplinar de alunos participantes, com o conteúdo ofertado por essa atuação, e para a garantia de auxílio financeiro que possibilite o desenvolvimento acadêmico deles. Apesar de todas as adversidades enfrentadas durante a pandemia, o programa foi mantido por se tratar de um compromisso social que visa a manutenção dos bolsistas.

Atualmente, os bolsistas vêm desenvolvendo formas virtuais de interlocução do conteúdo expositivo com o público interessado. Novas aprendizagens foram geradas nesse contexto; inclusive, um maior número de museus passou a atuar com ferramentas digitais, a partir de uma linguagem interativa mediada por bolsistas. Muitos relataram, em instrumento específico aplicado, que foi essencial a continuidade do programa de bolsas, mesmo com a suspensão das atividades presenciais durante a pandemia da covid-19. O recurso também tem sido importante no auxílio da alimentação familiar bem como no exercício mental, promovendo o equilíbrio emocional.

Ainda neste momento de pandemia, o Simap continua atuando em rede com seus diferentes participantes, quer promovendo ações que contemplem o público externo, quer discutindo políticas específicas para o segmento museal em âmbito universitário. Nesse sentido, novas câmaras técnicas vêm sendo desenvolvidas, como a Câmara Técnica de Institucionalização, que tem como finalidade acompanhar e colaborar no processo de reconhecimento e consolidação formal dos diferentes museus e assemelhados, e a Câmara de Acompanhamento da Pandemia, criada com o fim de auxiliar a discussão, planejamento e monitoramento de ações relacionadas à retomada das atividades presenciais quando possível.

Apesar dos avanços, o sistema ainda carece de melhor estruturação quanto à composição de pessoal, bastante reduzida e com ausência de quadros-chave – museólogos, conservadores e arquitetos, por exemplo –, ou quanto à infraestrutura física, bastante limitada. Tais restrições refletem igualmente os históricos desafios do campo, exacerbados nos últimos anos, e levam a nova unidade a se repensar de modo a garantir sua continuidade, alinhando-se com novos e velhos entes universitários na resistência e resiliência.

Todavia, a despeito das dificuldades, a criação do Simap ampliou consideravelmente a visibilidade política de museus e órgãos congêneres que

participam do Sistema. A UFRJ hoje se reconhece enquanto detentora de um conjunto representativo de museus e entes museais que atuam, não apenas como espaços de diálogo interno, mas, principalmente, como espaços de interlocução com a sociedade, que, de fato, representam e apresentam diferentes facetas da universidade.

Tal visibilidade ainda necessita de consolidação, trabalho a ser desenvolvido a partir de políticas de institucionalização, que precisam ser aprimoradas. Entretanto, ainda que incipiente, esse reconhecimento é fundamental para se combater a invisibilidade de recursos, processo capitaneado pela invisibilidade financeira.

4 CONCLUSÃO

O debate sobre a necessidade de fomento, promoção e preservação dos museus, acervos e patrimônio cultural na UFRJ possui um longo histórico. Contudo, esse processo de institucionalização do tema e consolidação de práticas está ainda se amadurecendo.

Nos últimos anos, houve uma mudança considerável que permitiu a própria criação do Simap e o estabelecimento de sua estrutura de gestão colegiada e colaborativa entre toda a rede de museus. Porém, o volume de recursos destinados às necessidades de museus, acervos e patrimônios não atende toda a demanda represada.

Com isso, defende-se que a transformação efetiva desse cenário pode ocorrer por meio do enfrentamento contra um de seus maiores desafios: a invisibilidade política e financeira. Assim, seria permitido um melhor atendimento às diversas práticas, perfis e temáticas, o que ilustra uma enorme gama de especificidades nos espaços museais existentes. Por fim, avançando em direção a essas superações, é possível pensar na construção de novas relações entre esses equipamentos e a estrutura universitária.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstruindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: teoria e práxis*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura, Brasília, DF, 2011, p.12. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/pic/download/METAS_PNC_final.pdf. Acesso em 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 70, de 30 de junho de 2010. Cria o Programa Cultura e Universidade, com o objetivo de fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras. *Diário Oficial da União*: seção 1: Poder Executivo, Brasília, DF, 2010, n. 126, p. 2. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=05/07/2010>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 18, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. *Diário Oficial da União*: seção 1: Poder Executivo, Brasília, DF, 2013, n. 246, p. 102. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=102&data=19/12/2013>. Acesso em: 11 maio 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Statutes*: Approved in Vienna (Austria). Paris: Icom, 2007. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_2007_Eng.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejane Maria Lira da. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/149/151>. Acesso em: 29 jul. 2020. RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidade, cultura e políticas culturais. *Revista de Educação Popular*, [s. l.], p. 6-17, 2019. DOI: 10.14393/REP-von00-49021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 22 maio 2020.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Iphan, 2008. 255 p. (Museu, Memória e Cidadania, 4). Disponível em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/BoletimBibliograficoCenedom_n24_jun_jul2014.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CONSUNI: Resolução nº 5, de 28 de junho de 2018. Altera o Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 66.536, de maior de 1970, publicado no DOU de 12/05/1970, página 3449, no âmbito de Fórum de Ciência e Cultura. *Diário oficial da União* 2018, p.18. Disponível em: https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_n_05_de_2018_-_public_DOU.pdf. Acesso em 27 de jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Fórum de ciência e cultura: você faz cultura: 2012: uma política cultural, artística e de difusão científico-cultural para a UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: https://adufrij.org.br/wp-content/uploads/2014/09/revisita_voce_faz_cultura_final_web.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor UFRJ 2020*. Rio de Janeiro: Consuni, 2011. Disponível em: https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2016/12/pd_2011_02_07.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

